



## PLP 459/2017 - SECURITIZAÇÃO

**Descrição:** Altera a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados.

**Local:** Câmara dos Deputados

**Situação:** Aguardando Deliberação no PLENÁRIO

**Posição da CNM:** A FAVOR

### Justificativa:

A CNM é favorável com emendas ao PLP 459, de 2017. Em que pese a proposta acelerar a cobrança de créditos trazendo benefícios para os entes federados é importante destacar que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) as ADI nº. 3786 e 3845, que ainda aguardam julgamento de mérito, apontando inconstitucionalidades formais da Resolução nº 33, de 2006 do Senado Federal (que trata da securitização), essas ADIs estabelecem que a Resolução em questão viola disposições constitucionais que cuidam dos interesses da Administração Tributária e dos servidores fiscais. Além de estabelecer que não compete ao Senado Federal legislar, autonomamente, acerca de normas gerais em matéria de legislação tributária. os pontos destacados a seguir são temas motivadores de ações judiciais: a. contraria dispositivo do código tributário nacional. b. caracteriza operação de crédito. Em razão dessas discussões, entendemos que deve haver garantias no texto que assegurem juridicamente os Municípios que desejarem ceder a instituições financeiras a cobrança dos créditos tributários e não tributários, bem como o intercâmbio de informações essenciais para a atuação da Fazenda Pública em juízo e também extrajudicial.

### Saiba mais:

Texto original

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1633349&filename=PLP+459/2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1633349&filename=PLP+459/2017)

Veja a tramitação do projeto na íntegra

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2166464>